

COLUMNNA DE CASTELLO. LA OPINIÓN EN EL PERIODISMO BRASILEÑO Y EL GOLPE MILITAR DE 1964

COLUNA DO CASTELLO. OPINION IN JOURNALISM BRAZILIAN AND THE MILITARY COUP OF 1964

Ionio Alves da Silva (Doutorando)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
ioniosilva@gmail.com
São Leopoldo/RS - Brasil

Resumen

En este trabajo se analiza la opinión de Carlos Castello Branco, uno de los periodistas más influyentes de la prensa brasileña de su época, frente a los acontecimientos políticos generados en los pasillos del poder transmitido por la Columna Castello, el Jornal do Brasil, durante el derrocamiento del gobierno João Goulart por un golpe militar en 1964. Se trata de un estudio de caso que utiliza el análisis argumentativa como aspecto teórico y metodológico que demuestra el argumento en una situación de comunicación, que produce y distribuye sentidos, vinculados a determinados productos culturales.

Palabras clave: Golpe militar, periodismo, opinión, discurso, argumentación.

Abstract

This paper analyzes the opinion of Carlos Castello Branco, one of the most influential journalists of the Brazilian press of his day, facing political events engendered in the corridors of power conveyed by the country's central column of Castello, Jornal do Brazil, during the overthrow João Goulart government by military coup in 1964. This is a case study that uses Argumentative Analysis as theoretical and methodological aspect that reveals the argument in a communication situation, which produces and circulates senses, linked to certain cultural products.

Keywords: Military coup, journalrism, opinion, discourse, argumentation.

(Recibido el 31 de octubre de 2012)
(Aceptado el 20 de diciembre de 2012)

Introdução

Ainda que a argumentação tenha sido pensada como um componente dos sistemas lógico, retórico e dialético, o fim da Segunda Guerra marca a busca pela construção de um pensamento autônomo nesse campo. Os anos de 1950 foram, para Christian Plantin (2008: 8), estimulantes “pela vontade de encontrar uma noção de ‘discurso sensato’, por oposição aos discursos fanáticos dos totalitarismos”. Os novos estudos que surgirão nos anos de 1970 mostram perspectivas bem diferentes do que fora pensado de Aristóteles ao final do século XIX quanto às bases teóricas da argumentação.

A virada nos estudos da argumentação dar-se com a publicação, em 1958, do Tratado de Chiam Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, cujo subtítulo é um estímulo contagiante: “uma nova retórica”, que deslegitima o paradigma clássico da argumentação tida apenas como a arte de bem falar. O estudo das práticas discursivas no quadro da análise do discurso, da comunicação institucional e das interações verbais foi repensado, refundado em virtude de ter-se constatado que o saber retórico não se constituía um saber. Plantin (2008: 15) concorda com Collinot e Mazière (1987) ao reforçar que, à medida que se atrelava à retórica, os estudos da argumentação se dirigiam para o lado oposto, pois a retórica retirada do currículo das universidades era a retórica jesuíta, não centrada na argumentação, mas na *praelectio*, algo como “a explicação de texto, a imitação e ampliação, uma forma de eloquência que não estava voltada para convencer pela prova e pelo debate, mas para subjugar pelo esplendor verbal”.

Também sobre a “nova retórica”, Cunha (2010: 3), tem a mesma compreensão de Plantin e considera o subtítulo do Tratado da Argumentação, uma ruptura de Perelman com a velha tradição aristotélica, que coloca sua obra “na direta sucessão da problemática grega sobre a retórica”. Cunha (2010: 4) considera as palavras de Perelman como o prenúncio do que seria a crítica pós-moderna da razão. “Em vez da necessidade do encadeamento das ideias no raciocínio e da evidência com que estas se impõem ao espírito, o vocabulário privilegiado é outro e nele avultam termos como ‘verossímil’, ‘plausível’, ‘provável’”. A diferença entre a verossimilhança e a verdade é que a semelhança se dá apenas na instância “interlocutória” que é o auditório. Há, pois, que se obter uma “adesão” para a qual as “provas” são necessárias, porém, as provas não mais poderão se sustentar somente pela aproximação com a “probabilidade” ou com o “plausível”. “A verdade se impõe pela evidência, não resulta, por isso mesmo, de uma deliberação argumentada nem é por isso também *objecto* de um consenso”, diz Cunha (2008: 4). E acrescenta que “deliberação” e “evidencia” são expressões contraditórias, pois não se delibera quando a solução é necessária e não se argumenta quando há evidência.

Percebe-se que a argumentação do ponto de vista teórico desperta mais interesse quando em relação à lógica, a comunicação e a persuasão. Entretanto, pela sua sinuosa trajetória, da alvorada da civilização greco-romana, passando por um longo período de latência, renascendo na segunda metade do século passado é um saber em transformação. As teorias da argumentação incidem sobre o mesmo objeto: “a operação ou o processo segundo o qual se fornecem razões para convencer um interlocutor, ou ainda as próprias unidades dessa operação ou desse processo, os argumentos” (Breton y Gauthier, 2001: 14). Além dessa matéria as teorias argumentativas divergem entre si sobre questões controversas, com destaque para o conceito de argumento, a sua ligação à retórica, à lógica e sua incidência com a ética. Em relação ao argumento, todas as teorias buscam uma concepção mais ou menos original, uma visão particular sobre ele, ainda que o apreendam de uma forma comum ou próxima. O aspecto mais obscuro na reflexão acerca do conjunto das teorias da argumentação é, na opinião de Breton e Gauthier (2001: 15), sua relação com a retórica, provavelmente, pelo fato de algumas dessas teorias atribuírem à argumentação um sinônimo da retórica. “Noutras teorias, a noção de retórica está totalmente ausente a fim de, pelo menos em certos casos, não dar a pensar que a argumentação é redutível a técnicas de expressão”. Deve-se elevar aqui a existência de teorias argumentativas em que os dois termos se põem em uma relação variável.

Uma parte importante da ligação múltipla entre a argumentação e a retórica deve-se à evolução flutuante sofrida por esta última. Se originalmente [...] a retórica é parte interessada ou, no mínimo, permanece intimamente ligada ao conteúdo da comunicação,

degenera a seguir na arte de bem falar ou numa técnica da eloquência que incide apenas na forma. Nos nossos dias, o termo 'retórica' adquiriu, além dos significados tradicionais, um sentido pejorativo: é bastante frequente qualificar-se um discurso de 'retórica' para anunciar o seu caráter superficial, artificial ou dissimulador (Breton y Gauthier, 2001: 15).

Identificados alguns litígios entre as diversas teorias da argumentação, admite-se que os raciocínios podem servir a uma finalidade argumentativa, conforme a concepção de argumentação que têm os autores. "Em certas teorias", esclarecem Breton e Gauthier (2001: 16), "o argumento é, de imediato, normativamente considerado: consiste numa 'boa' razão invocada para convencer". O argumento é, portanto, uma oposição a ações de comunicação manipuladoras, embora exista teoria em que o argumento assume a neutralidade do ponto de vista axiológico: tanto a boa ação quanto a má ação no sentido de persuadir é tida como dependente da argumentação.

Perelman (2005: 20) chama a atenção para o que os autores de comunicações ou memórias científicas pensam sobre o ato de relatar experiências, imaginando que lhes basta "mencionar certos fatos, enunciar certo número de verdades, para suscitar infalivelmente o interesse de seus eventuais ouvintes ou leitores". O autor lembra que, mesmo para aqueles em condições privilegiadas, "para que uma argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção". Na relação entre o orador e seu auditório, o orador e seu público, é preciso que se tenha alguma qualidade argumentativa para tomar a palavra e ser ouvido. Tomando-se o auditório como sendo o público de um discurso, o orador, pelas novas funções e personalidade nova que o ouvinte tem assumido, não pode descuidar de que o que interessa a um ouvinte, em particular, não é menos válido para o conjunto do público. Como a variedade do público é quase infinita, o orador, ao pretender adaptar-se a todas as suas particularidades, vê-se em confronto com inúmeros problemas.

Talvez seja esta uma das razões pelas quais o que suscita acima de tudo o interesse é uma técnica argumentativa que se imporia a todos os auditórios indiferentemente ou, pelo menos, a todos os auditórios compostos por homens competentes ou racionais. A busca de uma objetividade, seja qual for sua natureza, corresponde a esse ideal, a esse desejo de transcender as particularidades históricas ou locais de modo que as teses possam ser aceitas por todos (Perelman y Olbrechts-Tyteca, 2005: 29).

É a propósito dessa afirmação que Perelman (2005: 30) elabora uma distinção entre persuadir e convencer, retomando a teoria da argumentação e o papel desempenhado pelo público. Para o autor, persuadir é mais que convencer. "Em contrapartida, para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir". O autor denomina "persuasiva" toda argumentação que vale para somente um auditório, em particular. E define "convincente" a argumentação que se propõe obter uma adesão racional. Perelman (2005: 31) admite que a proposição é delicada pelo fato de depender da ideia que o orador tem da encarnação da razão. "Cada homem crê num conjunto de fatos, de verdades, que todo homem 'normal' deve, segundo ele, aceitar, porque são válidos para todo ser racional".

Philippe Breton (1999) define a argumentação como uma ação própria do homem que tem por objetivo partilhar uma determinada opinião utilizando-se de complexos procedimentos que absorvem toda a riqueza do comportamento humano, e cuja especificidade é acionar o raciocínio em uma situação de comunicação. Breton (1999: 7) considera que a argumentação é a maneira de convencer, em alternativa ao uso da força física, sabendo-se ser possível obter-se do "outro" uma atitude contra a sua vontade pelo uso de recursos coercitivos, a exemplo da propaganda que, ao longo de todo o século passado, se utilizou de métodos sistemáticos para "coagir as massas". Embora sem recorrer à força física, a propaganda adota apelos persuasivos de forte violência mental. Outros métodos são possíveis de assentir, convencer, partilhar determinadas opiniões sem se impor violento. A sedução é uma técnica poderosa e eficaz para esse fim, seja ela expressa oralmente ou por meio de comunicação escrita, recorrendo-se à figuras de estilo, que tornam o discurso mais agradável. Há, ainda, meios de

apresentar opiniões apelando apenas para a razão, deixando de lado os sentimentos. É o caso da demonstração, entendida como “um conjunto de meios que permitem transformar uma afirmação ou um enunciado em ‘fato estabelecido’, que somente pode ser contestado por outro enunciado mais bem demonstrado (Breton, 1999: 10).

No jornalismo informativo pressupõe-se que os fatos são apresentados de uma maneira racional quando se trata do real factual. Muniz Sodré (2009: 15) entende que o jornalismo é um processo comunicativo mais complexo do que a simples informação noticiosa. E, embora mobilize diferentes tipos de discurso, a sua centralidade conceitual está apoiada na notícia. É a forma de captar e comunicar o fato uma estratégia que faz esquecer os procedimentos “retóricos” e “imaginosos” presentes na construção do acontecimento. “Não se trata de manipulações deliberadas, nem de mentiras, mas de interpretações que podem muitas vezes lançar mão de recursos típicos da ficção literária, com vistas à criação de uma atmosfera semântica mais compreensível”. Na maioria dos casos, no entender de Franklin Martins (2011: 21), não basta apenas informar, dar a notícia. É preciso que se qualifique, se relacione a notícia com outros fatos, apresente suas causas e avalie suas consequências.

Na opinião jornalística, a demonstração se faz por meio de parecer sobre o real, mesmo que seja essa realidade apresentada, conforme a paisagem cultural de quem a interpreta. Martins (2011: 22) distingue a interpretação da opinião, ainda que semelhantes, não são a mesma coisa. “A opinião, no fundo, apenas se alimenta do fato para reafirmar um ponto de vista prévio”. Quanto à interpretação, segundo o autor, é uma leitura preliminar do acontecimento, uma busca por juntar e relacionar os diversos fragmentos que emergem no momento da ocorrência. A opinião “fecha o foco em cima de uma explicação e quer passar certezas”, enquanto que a interpretação “busca abrir o leque de possibilidades e sugerir linhas de raciocínio”.

Para Breton (1999: 13), o ato de partilhar uma opinião urgencia a existência de um “emissor”, denominado de orador em sua definição; uma “mensagem” (opinião) colocada com vistas a convencer; e um “receptor”, que seria o “outro”, o destinatário da mensagem. “Argumentar se inscreve, então, no triângulo tradicional ‘emissor-mensagem-receptor’ que as ciências da comunicação estudam em todas suas formas”, mas essa perspectiva linear, que privilegia a informação, não é suficiente para ser aplicada ao ato da argumentação. Breton (1999: 25) considera que definir o campo da argumentação implica em conceituar o que seja “argumentar” sob três perspectivas: primeiro, que argumentar é uma situação de comunicação que exige parceiros, uma mensagem e uma dinâmica própria; segundo, que argumentar não é convencer a qualquer custo, o que supõe uma ruptura com a retórica por não economizar meios para persuadir; e, terceiro, que propor uma opinião, oferecendo, ao “outro”, boas razões para sua adesão é apoderar-se do raciocínio no ato de argumentar.

O modelo argumentativo proposto por Breton (1999: 28-29) dividiu-se em vários níveis: a opinião do orador, o próprio orador, o argumento, o auditório e o contexto de recepção. O autor conceitua a “opinião” do orador como algo existente antes mesmo de colocada na forma de argumento: uma causa, uma tese, uma ideia, um ponto de vista; já o “orador” é aquele que dispõe de uma opinião e partilha dela com um auditório; o “argumento” é a opinião, expressa na forma escrita ou oral, cujo objetivo é convencer direta ou indiretamente pela palavra; o “auditório”¹, pode ser uma pessoa, um público, ou um conjunto de públicos, mas há a possibilidade de ser o próprio orador em busca do auto-convencimento; e o “contexto de recepção”, ou o conjunto das opiniões, dos valores e julgamentos partilhados pelo auditório previamente existente ao ato da argumentação, e que tem o seu papel na recepção do argumento, na sua aceitação, na sua recusa ou na sua adesão variável que ele provoca.

¹ O termo “auditório” utilizado por Breton, tendo em vista ser este um estudo que tem por empírico os textos de Castello veiculados pelo Jornal do Brasil, será considerado como público-leitor a quem a mensagem é dirigida. Embora a recepção esteja fora do campo de ação deste estudo, mesmo sendo um componente imprescindível ao processo comunicativo, é importante fazer-se esta observação à afirmação de Breton (1999: 67) sobre o objetivo primeiro de um argumento: modificar o contexto de recepção do auditório para introduzir aí uma nova opinião. Essa perspectiva implica em considerar-se cada público como particular. Argumenta-se sempre para um público específico e é isto que, no fundo, faz da argumentação uma arte tão delicada. O argumento de Castello é dirigido a um público que entende de política ou que vivencia a política mais de perto, sem o que, dificilmente compreenderia o que, especificamente, o jornalista estaria analisando em seu comentário.

Definição do corpus

O presente trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla cujo objetivo é analisar as estratégias discursivas do jornalista Carlos Castello Branco² em relação ao regime militar instalado no Brasil com o golpe de 1964, e que procura, pela Análise Argumentativa de discurso, os sentidos construídos através da opinião do jornalista sobre a ditadura e - mais especificamente - verificar as ancoragens temporais e ideológicas marcadas pela sua prática durante o regime. O material empírico constitui-se dos comentários da Coluna do Castello, ou seja, os textos por ele elaborados na introdução da Coluna, geralmente, ocupando metade do espaço a ela destinado (¼ de página), em diagramação vertical, no primeiro caderno do Jornal do Brasil³. O recorte temporal está dividido em quatro períodos: a) abril de 1963, um ano antes do golpe militar, a março de 1964, quando acontece o golpe; b) abril de 1964, do dia seguinte ao golpe, a março de 1965, um ano após os militares tomarem o poder; c) janeiro a dezembro de 1968, o ano que antecede o Ato Institucional Nº 5 decretado em 13 de dezembro de 1969; d) janeiro a dezembro de 1969, o primeiro ano de vigência do AI – 5, considerado o segundo golpe.

Para efeito deste artigo será considerado somente o mês de março, quando, no dia 13, é realizado o Comício da Central do Brasil, considerado o acontecimento que ensejou o golpe militar de 1964 no Brasil. A amostra é composta de fragmentos de texto da Coluna do Castello, publicados no mês de março de 64. A seleção dos fragmentos obedece ao critério de relevância dos relatos no contexto histórico e que revelem indícios de resistência, de alinhamento ao regime ou implícitos na sua abordagem, quando da análise de ocorrências políticas da época. Acredita-se que esse procedimento permita inferências sobre a postura de Castello no percurso do período a ser trabalhado e que diálogos ele estabelece com o poder central do país, considerando-se, por hipótese, que Castello mantém uma relação amistosa com suas fontes. Também será feita uma análise, pelo método argumentativo, de uma coluna do mês de março de 64, quando se verificará os argumentos utilizados por Castello para representar o contexto político anterior ao golpe, admitindo-se ser o texto jornalístico uma forma empírica do uso da linguagem inscrita nas práticas cotidianas.

Um método de análise de texto opinativo

Milton José Pinto (2002) é um dos teóricos da comunicação que reconhece ser difícil ou, como ele prefere: “mesmo impossível”, apresentar uma síntese das tendências interessadas em algum tipo de análise de discurso, tamanha a variedade de enfoques, e polêmico o entendimento do que seja discurso entre as diferentes tendências. José Pinto (2002: 13-14) classifica as análises de discurso em diversas categorias: as dependentes ou independentes do contexto, as explicativas e críticas, as que desconfiam da letra do texto, as

² Carlos Castello Branco foi o mais influente dos jornalistas políticos do Brasil no exercício da profissão, tendo, inclusive, inaugurado o posto secretário de Imprensa da República, no governo do presidente Jânio Quadros. “Nasceu em Teresina - Piauí, em 25 de junho de 1920. Iniciou a carreira em Belo Horizonte, onde ingressou no jornalismo, em 1939, como repórter de polícia do jornal Estado de Minas. Em 1945 transfere-se para a capital federal e começa a trabalhar no O Jornal, permanecendo até 1950. É no Rio de Janeiro que ele conquista notoriedade: entre 1950 e 1961 ocupa a função de chefe de reportagem política do Diário Carioca. Tendo assinado, durante alguns anos, a coluna Diário de um Repórter, torna-se editor-chefe da Tribuna da Imprensa, antes de ingressar na revista O Cruzeiro, como cronista político e, posteriormente, editor político. Em 1961, muda-se para Brasília e assume o cargo de secretário de Imprensa do governo Jânio Quadros. Posteriormente, inaugura a *Coluna do Castello*, em 1962, na Tribuna da Imprensa, onde foi publicada de julho a dezembro. Em janeiro de 1963, quando Carlos Castello Branco, já na condição de chefe da sucursal do Jornal do Brasil, em Brasília, passa a ocupar as páginas de opinião do JB. Em 1976 é eleito presidente do Sindicato dos Jornalistas de Brasília, cumprindo todo o mandato até 1981” (Silva, 2012: 3).

³ O *Jornal do Brasil*, fundado em 09 de abril de 1891, por Rodolfo Dantas, com intenção de defender a monarquia, foi inovador pela estrutura empresarial, parque gráfico, pela distribuição em carroças e a participação de correspondentes estrangeiros. Manteve sua orientação conservadora até que Rui Barbosa assumiu a função de redator-chefe em 1893. Em 2008 fez uma parceria de digitalização com o buscador *Google* que resultou no livre acesso em texto completo das edições das décadas de 30 a 90. Em julho de 2010, foi anunciado o fim da edição impressa do jornal que, a partir de 1º de setembro do mesmo ano, passou a existir somente em versão online, com alguns conteúdos restritos a assinantes (Mega Arquivo. Disponível em: <http://megaarquivo.com/tag/historiador/> <acesso: 14 ago. 2012.

que interpretam conteúdos ou apenas se ocupam das suas marcas formais, as que usam ou não o conceito de ideologia, as que analisam textos de maneira isolada ou em comparação com outros, as que adotam técnicas estatísticas, as que trabalham previamente com a “transcrição normativa dos textos em categorias semânticas ou sintáticas padronizadas, ou trabalham com as marcas formais da superfície textual tal como ela se apresenta”.

A proposta de análise de texto jornalístico que se pretende estruturar leva em conta o entendimento de Francine Mazière (2007: 14) segundo o qual, não importa a posição acerca da língua. O discurso do analista de discurso é sempre um produto, um enunciado ou um conjunto de enunciados. O analista trabalha com *corpora*, o que significa que ele “delimita, põe em correspondência, organiza fragmentos de enunciados mais ou menos longos e mais ou menos homogêneos, para submetê-los à análise”, estabelecendo-se um dispositivo de observação apto a oferecer as condições de bem apreender o objeto e melhor poder interpretá-lo.

A análise do empírico dar-se-á em dois momentos: primeiro, a partir da leitura da Coluna do Castello, correspondente ao período de março e abril de 1964, da qual será feita uma seleção de fragmentos de texto que possibilite um mínimo de diversidade dos modos de dizer de Castello. Os fragmentos que irão compor a amostra são identificados por meio de um código elaborado conforme a data de publicação e o lugar que ocupa no interior da Coluna do Castello. A identificação consta das letras “FRG” (em caixa alta), uma abreviatura para fragmento, seguidas de um número de dois dígitos, representando o fragmento no curso da análise, e uma sequência de quatro dígitos, que identifica dia e mês da publicação na Coluna, mais o ano em que foi publicado. **FRG01-1304/63**, por exemplo, seria o fragmento nº 01, retirado do comentário da Coluna do Castello do dia 13 de abril de 1963. Para melhor identificar o fragmento, será acrescida a letra “p” (de parágrafo) e o número que corresponde à sua posição no comentário. Exemplo: **FRG01-1304/63p2**.

No segundo momento, se procederá a uma análise da prática discursiva adotada por Castello referente ao mês citado, o que consiste em detalhar a Coluna do Castello por meio de uma grade analítica argumentativa, semelhante à adotada por Breton (1999), cujo objetivo é tentar perceber os vários movimentos de texto, seu funcionamento, destacando os grandes argumentos e seus encadeamentos, partindo-se do princípio de que os comentários de Castello pertencem ao gênero argumentativo. A identificação da coluna é quase idêntica à dos fragmentos. Também é adotado um código segundo a data de sua publicação, composto das letras “COL” (em caixa alta) para representar coluna, seguidas de um número de dois dígitos, que é a indicação da posição do comentário no corpo da análise, uma sequência de quatro dígitos, que indicará dia e mês em que foi publicada, finalizando com o ano da veiculação. **COL01-0803/64** é um exemplo de código que identifica a publicada no dia 08 de março de 1964. Para melhor sistematizar a análise todos os parágrafos dos comentários serão numerados.

A grade de análise argumentativa está composta de quatro elementos: a posição de sujeito do discurso, a identificação da opinião de Castello, os grandes argumentos utilizados pelo jornalista e a retórica ocupando o lugar do argumento, aqui entendida como argumentação fora do lugar. Dessa forma, acredita-se, que o método construído deva oferecer instrumentos que identifiquem a postura do jornalista quando da interpretação dos acontecimentos por ele analisados.

É importante enfatizar que, no centro da análise, se processa uma busca por dinâmicas argumentativas que passam por um momento essencial de “enquadramento do real”: a “ressonância”, argumentação apoiada em valores, que se propõe a convencer da verdade, admitindo-se ser mais fácil a adesão de um indivíduo de esquerda, “a preocupação com a igualdade, que a divisão das tarefas domésticas entre ele e sua mulher é necessária apoiando-se justamente no valor de igualdade” (Breton, 1999: 72); a “curiosidade”, que pode levar alguém a ter boa vontade de ver as coisas de maneira diferente, o “reenquadramento do real”; e o “interesse” que, na compreensão de Breton (1999: 74), pode ser um forte motivo para aceitação de uma visão de mundo avaliada como algo conveniente a quem expressa essa visão. Parte-se do entendimento de que a base na qual uma opinião proposta sustenta o seu lugar está em construí-la no sentido de partilhar com o “outro” aquilo que se tem em mente, um ponto de vista, uma maneira de ver o mundo em forma de discurso.

Castello: organizador de enunciados

Estabelecer um lugar de organizador de enunciados a Castello é carecer da ideia de que o enunciado se organiza a partir da relação fonte/jornalista, dada ao jornalista a missão de selecionar, analisar, interpretar as informações oferecidas pela fonte em forma de opinião a ser levada a determinado público. Castello adquire, portanto, uma posição privilegiada na relação com a fonte de informação e o destinatário do enunciado que organiza. Ocupa um lugar de referência no jornalismo brasileiro, um espaço de referência no *Jornal do Brasil* (um quarto da página 04), de onde ele consegue estabelecer uma relação importante com o centro do poder do país, mesmo com as restrições ao fazer jornalístico da época. José Pinto (2002: 34) explica que a emissão de um enunciado põe em cena um ou mais enunciadore, “que são posições discursivas a quem se creditam as representações copresentes no enunciado, sem que se lhes possa atribuir palavras precisas, e com as quais o emissor se identifica ou não, conforme seus interesses pragmático-argumentativos”.

O fato de organizar enunciados, produzir discurso, ou de emitir opinião sobre determinado fato dá ao organizador do discurso o poder de assumir, contextualizar e orientar esse dizer das coisas, segundo defende Charaudeau (2008: 170-171) quando realça que o discurso é “orientado” porque é concebido em função do “propósito” do locutor e porque ele se desenvolve “no tempo”. O discurso é construído em função de um fim que é chegar a algum lugar, mas que pode ser desviado durante o percurso. O autor também considera que o discurso é “contextualizado”, intervém no contexto não como se esse não passasse de uma moldura, um cenário. Não existe discurso que não seja contextualizado: não se pode atribuir um sentido a um enunciado fora de contexto. E como contribuição ao contexto e modificação deste quando da sua enunciação o discurso torna-se discurso “assumido”.

Para o mesmo Charaudeau (2008: 171), o discurso só é discurso quando “relacionado a uma instância que, ao mesmo tempo, se põe como fonte dos pontos de referência pessoais, temporais, espaciais, e indica qual atitude adota em relação àquilo que diz e a seu interlocutor”. Cabe ao locutor modular o seu grau de adesão, atribuir responsabilidade a outro, comentar seu próprio dizer e escolher a temática a ser abordada. O locutor pode, inclusive, no caso da ironia, mostrar a seu interlocutor que apenas finge assumi-la. “A reflexão sobre as formas de subjetividade que o discurso supõe é um dos grandes eixos da análise do discurso”.

Eliseo Verón (2004: 217) aconselha não separar o conceito de “enunciação” do par em que ele é um dos termos: enunciado/enunciação. O enunciado é da ordem do que é dito, a enunciação está relacionada não ao que é dito, mas aos modos de dizer. “O que varia de uma frase para outra não é o dito, mas a relação do locutor ao que ele diz, as modalidades de seu dizer”. Para o autor, em um discurso, qualquer que seja sua natureza, as modalidades do dizer constroem, configura o que ele chama de “dispositivo de enunciação” e que comporta: a imagem de quem fala (o enunciadore), a imagem daquele a quem o discurso é endereçado (o destinatário) e a relação entre os dois. No que diz respeito ao primeiro, Verón (2004: 217) considera que o termo “imagem” é metafórico; trata-se do lugar (ou dos lugares) que aquele que fala atribui a si mesmo. Essa imagem contém, assim, a relação daquele que fala ao que ele diz. Já a imagem do produtor de discurso não só constrói seu lugar ou seus lugares no que diz; fazendo isso, ele define igualmente seu destinatário.

Verón também sugere separar o que vem a ser o “emissor real” do “enunciadore” e o “receptor real” do “destinatário”. Considera o enunciadore e o destinatário como entidades discursivas, sendo essa dupla distinção fundamental, ou seja, um mesmo emissor poderá, em discursos diferentes, construir enunciadore diferentes. Todo suporte de imprensa contém seu dispositivo de enunciação: “este último pode ser coerente ou incoerente, estável ou instável, adaptado a seus leitores ou mais ou menos inadaptado. No caso da imprensa escrita, denominaremos esse dispositivo de contrato de leitura” (Verón, 2004: 218).

Enquanto articulista, organizador de enunciados, a relação de Castello com suas fontes, dar-se da extrema esquerda à extrema direita do poder civil e militar e no contexto em que produz pontos de vista acerca de acontecimentos políticos durante a ditadura. Castello situa-se no centro de um processo inaugurado a partir dessa relação, amparado pelo prestígio

de um jornal da estatura do JB, cabendo a ele (Castello) dialogar com vários interlocutores: suas fontes e seus leitores que - em boa parte - são também fontes, dialogar com a direção do jornal enquanto empresa e, então, assumir seus lugares de fala e de sujeito no interior do processo comunicativo. Vê-se que, pela complexidade do processo, o discurso se orienta pelo propósito não só do locutor, mas relaciona-se com uma instância e impõe uma atitude em relação ao seu interlocutor, além do fato de estar inserido em um contexto com o qual ele contribui ou, para o qual, ele se caracteriza como uma possibilidade de ruptura no ato de enunciação.

Dois fragmentos de comentário servirão para exemplificar o lugar que Castello ocupa na condição de organizador de enunciados. No primeiro (FRG01), antes do golpe de 64, o jornalista dá voz à fonte, não assume o enunciado e utiliza-se de aspas para referenciar as informações que considera de maior impacto. O comentário completo relata as declarações feitas por Leonel Brizola sobre um provável desfecho da situação na qual o país se encontrava naquele momento: de um lado a pressão popular e o desejo do presidente de aprovar projetos de mudança para atender às reivindicações da sociedade; do outro a resistência do Congresso Nacional em fazer valer a intenção do governo de fazer reformas e a desconfiança do poder militar, sempre em movimento. Leonel Brizola, na expectativa da construção de um governo popular, capaz de “sustentar a luta iminente” e Castello construindo o discurso a partir do que é dito pelo interlocutor.

Declarou o Sr. Brizola que o manifesto da Frente Popular é apenas uma declaração de intenções e, como tal, insuficiente, por não acentuar a necessidade da luta anti-imperialista e antiespoliativa. "Sem isso - disse - não tem muito sentido o movimento reformista." O Sr. João Goulart, no seu entender, deverá constituir um govêrno autenticamente popular, de homens que tenham garra para sustentar a luta iminente. Perguntaram-lhe se o Sr. Nei Galvão podia ser considerado um "homem de garra". Lhe respondeu que o Presidente poderia testar, "mandando o Nei ao Rio Grande para comandar a campanha em favor do decreto da Supra". Insistiu em que, enquanto o Govêrno for composto de conciliadores, de transigentes e de "raposas pessedistas", o Sr. João Goulart não terá condições de enfrentar a situação, e poderá ficar indefeso como Getúlio Vargas em 1954 (**FRG01-2103/64-p3**).

No segundo fragmento (FRG02), publicado após o golpe, tem-se a ideia do elevado nível de informação que Castello possuía e o grau de envolvimento com as informações e suas fontes. Castello faz dizer que a informação vem da “alta direção udenista”, que era um “plano conspiratório”, “cuidadosamente elaborado” para derrubar o presidente da República. Revela que houve “consulta” e “infiltração em todo o dispositivo militar”, e que não previa a resistência do presidente, mas que no “esquema figurava o propósito de permitir” ao presidente tomar uma decisão por conta própria, ou seja, não haveria pressão direta sobre a pessoa de João Goulart. O comentário completo é sobre a tentativa do presidente em mobilizar seus dispositivos para a luta, sobre a sua resistência até então, dois dias depois do golpe e a suposição de uma forte resistência que surgiria do Rio Grande do Sul, liderada por Leonel Brizola. No fragmento, o discurso é construído com base em informações assumidas como verdade pelo jornalista. Castello se posiciona no seu lugar de organizador de enunciados, assume a informação da fonte, sem uso de aspas ou rebuscamento no texto. É direto: usa “rebelião progressiva e avassaladora” do dispositivo militar contra o presidente.

Na alta direção udenista não se fazia segredo de que o plano conspiratório, desencadeado na segunda-feira, foi longamente preparado, inicialmente numa faixa defensiva e, a partir do comício do dia 13, na Central do Brasil, em caráter agressivo. Houve consulta e infiltração em todo o dispositivo militar e o plano foi cuidadosamente elaborado para uma rebelião progressiva e avassaladora. No esquema figurava o propósito de permitir ao Sr. João Goulart tomar sua decisão final por conta própria. Não parecia estar nos planos, porém, o deslocamento do Presidente para Brasília e sua disposição de resistir, que é a situação que se configura neste momento (**FRG02-0204/64p10**).

Indícios e implícitos de Castello

Talvez aqui seja necessário fazer-se uma pergunta: que modos de dizer deve se adotar para conseguir a adesão do interlocutor a uma opinião? Existem diferentes maneiras de se expressar o pensamento, de dizer o que se tem em mente, de explicitar um ponto de vista, de buscar o assentimento de alguém pelo uso do argumento. Mas, como sugere Breton (1999: 59), não existe quem detenha o conhecimento integral deste processo, até porque, no dia em que alguém dominar por completo a argumentação, “se um dia argumentar dependesse de um domínio perfeito, nós não seríamos mais completamente humanos”. Não foram poucos os autores que insistiram em descrever a retórica e, posteriormente, a argumentação, como “arte”. O termo implica em designar a parte da “invenção” do ato argumentativo e deixa escapar qualquer determinação, qualquer possibilidade de fechamento do termo, o que não signifique ausência de preparação, de estudo, de trabalho para lidar com a argumentação.

Os modos de dizer de Castello estão consignados no seu estilo de expressar o seu ponto de vista, nos movimentos de texto de que ele se utiliza para levar o leitor a perceber sua opinião sobre certos fatos da vida nacional. Alguns indícios podem ser observados no FRG04, quando Castello se refere a “revelações de certa gravidade” durante um almoço em que “os principais líderes opositoristas” estiveram com o senador Afonso Arinos; quando fala da “necessidade de uma vigilância ativa” para “defesa das instituições”. O indício está lá, discretamente colocando, como discretamente surge um paradigma nas ciências sociais, entre 1874 e 1876, com a publicação de uma série de artigos relacionados à pintura italiana. Carlo Ginzburg (2008: 90) revela mais tarde tratar-se de artigos escritos por Giovanni Morelli “propondo um novo método de atribuição correta das obras dos velhos mestres”. O que ficou conhecido como método Morelli, embora muito criticado, entre os historiadores da arte, tinha por princípio observar os detalhes para atribuir a real autoria de inúmeras obras não assinadas, recoberta por tinta ou recuperadas precariamente. Morelli seguiu à risca a inspiração de Flaubert quando diz que “Deus está nos detalhes”. Não se concentrava nas características mais óbvias das obras, mas naqueles detalhes tidos como insignificantes: “lóbulos das orelhas, unha dos dedos, formato das mãos e dos pés”.

Os indícios deixados por Castello no FRG04 pressupõem que, mesmo sem convicção, pelo uso do termo “parece”, o jornalista pretende dizer que existe um deslocamento no xadrez político, com movimentos de peças importantes da oposição em direção aos braços da UDN, antevendo desdobramentos imprevisíveis, o que convém estar alerta a tais ocorrências, que indicam para ações nada republicanas. No conjunto do comentário, Castello fala da preocupação dos opositores de Goulart, que ficaram, em sua maioria, em “vigília cívica” na capital. A oposição temia dar ao presidente o pretexto para qualquer tipo de golpe ou ação revolucionária: estabelecer “uma vigilância ativa para defesa das instituições” deixa implícito o receio de algo do tipo que a oposição imaginava, mas, também deixa margem para uma ação de contra-ataque. Um golpe estava se desenhando.

Os principais líderes opositoristas reuniram-se ontem num almoço com o Senador Afonso Arinos, que parece lhes ter feito, na oportunidade, revelações de certa gravidade. Participou do encontro o Senador João Agripino, e os dois representantes dissidentes da UDN no Senado declararam-se, na ocasião, perfeitamente integrados com o fundamental da linha udenista, principalmente no que se refere à necessidade de uma vigilância ativa para defesa das instituições (FR03-1303/64p6).

Castello trabalhava com fatos, versões, e vieses. Também sabia, segundo Pereira (2001: 13), escrever nas entrelinhas, modo de implícito recorrente nos regimes totalitários. Utilizava-se de códigos que somente poucos do mundo político conseguiam entender ou tentavam adivinhar. Somente aos que pertenciam ao mundo político era dada a condição de perceber quem Castelinho tinha como fonte, mesmo sem citar nomes. Castello era um cultivador de fontes, personalidades que o mantinha sempre bem informado e era amigo de “incontáveis” políticos e de funcionários públicos influentes (Pereira, 2001: 14). Por conta da capacidade de transitar com desenvoltura entre os mais variados setores do poder e pela necessidade de manter suas fontes e, mais ainda, em consequência da liberdade extremamente vigiada daquele momento singular da política brasileira, Castello obrigou-se a estabelecer um estilo de se expressar, de opinar, por vezes implícito, outras vezes de

tendência amistosa, como é de praxe a todo jornalista que tem a intenção de manter seus contatos para conseguir informações valiosas sobre fatos relevantes, o que não era tarefa fácil no regime militar.

Pela primeira vez o Sr. João Goulart enunciou com, precisão o "corpo de princípios" da sua campanha reformista, caracterizando-o como um "caminho brasileiro" para evitar que a "maré montante" do descontentamento conduza o País a uma "convulsão sangrenta" (FR04-1503/64p2).

O implícito está no texto dito de outra maneira. É o que pode ser observado no FRG05, (acima) quando Castello diz que o presidente, pela primeira vez, anuncia "com precisão" a sua campanha reformista. Está dito, apenas com recursos de figuras de linguagem, que existe um descontentamento crescente em relação ao governo, uma "maré montante" que poderá levar o país a uma "luta sangrenta", uma guerra contra seu próprio povo. Castello prenuncia o que viria acontecer nos dias finais do mês de março, provocado pelas propostas de reforma do presidente João Goulart. O implícito equivale à política do silêncio, que se define, segundo Orlandi (2007: 73-74), pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo. Determinado pelo caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o anti-implícito: se diz algo para não (deixar) dizer outro algo, este sendo o sentido de descartar o dito. É o não dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de outra forma discursiva, outra região de sentidos. "Um exemplo de silêncio constitutivo é a denominação "Nova República", no Brasil, atribuída ao regime que se seguiu à ditadura militar. Ao nomear-se assim esse período, apagava-se o fato de que o que tínhamos antes era uma ditadura" (Orlandi, 1987).

Análise argumentativa da Coluna do Castello

A análise a ser feita considera o comentário da Coluna do Castello, transcrito abaixo, se inscreve na categoria argumentativa, ainda que não o seja em todo seu conjunto. É desse entendimento que partirá o trabalho de detalhar a opinião do jornalista Carlos Castello Branco, segundo os elementos propostos pela grade que compõe o método: *Castello enquanto sujeito do discurso, a identificação da opinião (de que Castello quer convencer), os argumentos utilizados pelo jornalista e a argumentação fora do lugar*, todos inseridos nas dinâmicas argumentativas do modelo Castello. O comentário a ser analisado foi publicado na Coluna do Castello do dia 08 de março de 1964, dias antes do golpe militar e trata de uma suposta "ditadura consentida" pelos setores da esquerda brasileira, aqui identificada pelo código COL01-0803/64.

Para melhor entendimento carece atribuir ao termo argumento um sentido mais preciso e restabelecer, mesmo artificialmente, como considera Breton (1999: 64), fronteiras para distinguir, do ponto de vista da comunicação e de sua intencionalidade, as ações humanas que visam fazer partilhar uma opinião, das ações que buscam informar, seduzir, ou mesmo não dizer nada. Stephen Toulmin (2006) ao referir-se sobre a função específica do argumento o apresenta como suporte de uma asserção. E diz que uma asserção vem acompanhada de um pedido de atenção ou de crédito, que quando alguém afirma alguma coisa aspira a que sua declaração seja levada a sério. Quanto à afirmação ser levada a sério depende do tipo de homem e da credibilidade que ele goze diante do público a que se dirige. "Mas o fato de que acreditemos no que dizem estes homens não significa que não possa levantar a questão de se eles têm ou não direito à nossa confiança, a cada asserção que se ouça deles" (Toulmin, 2006: 15).

Na verdade, argumentar vai além de conceber-se um argumento, considerando-se que toda riqueza da interpretação vem justamente do fato de haver várias interpretações possíveis, o que torna ainda mais complexo o processo de convencer alguém que não seja por meio de

argumentos minimamente razoáveis. Daí a proposta de analisar argumentos ocorridos, sem aferir o grau de sua adesão, porquanto depende de estudos de recepção, atentando para o fato de poder-se compreender melhor o que aconteceu do que prever, com alguma propriedade, como as ocorrências se darão.

Goulart iria para "Ditadura Consentida" ⁴

1. Brasília. - Para as esquerdas, tanto quanto para a oposição liberal e conservadora, o comício do próximo dia 13, na medida em que dá curso à política de ação direta do Presidente da República sobre as massas populares, coloca o problema da permanência do Sr. João Goulart no poder.

2. Carecendo de esquema político e parlamentar que lhe possibilite reformar a Constituição para esse fim, o Presidente só poderia contemplar o desenvolvimento de uma idéia semelhante na base da quebra das resistências por vias anormais ou excepcionais, para o que seria indispensável o apoio agressivo dos movimentos populares, desde que lhe faltaria também um dispositivo militar para ações golpistas.

3. Atrair as massas, portanto, mediante impactos emocionais, para colocá-las no centro das decisões políticas, radicalizando o processo sem que o seja expressamente por estímulos diretos do Chefe do Governo, seria caminhar no rumo de soluções de fato que, dentro das dominantes psicológicas do Sr. João Goulart, se traduziria numa transação entre as correntes em choques para a estabilização do Poder Maquilha que os intérpretes comunistas chamam de "ditadura consentida" do tipo introduzido por Sukarno na Indonésia.

4. A corrente comunista brasileira tem sua opção feita nesse sentido e seus porta-vozes habituais não escondem que, entre as hipóteses eleitorais colocadas, o partido lutará pela fórmula que permita a permanência do Sr. João Goulart no Governo. É possível que a versão de uma conversa do Embaixador Fomin com o Governador Miguel Arrais, publicada ontem num matutino de São Paulo, seja desmentida ou sofra correções (os funcionários do Palácio do Planalto consideram-na pura fantasia); isso, entretanto, não alterará um fato de que se tome conhecimento pelas vias normais da informação política, a decisão do PCB de lutar pela continuação do governo João Goulart.

5. O comício do dia 13 no Rio está sendo organizado popularmente na órbita das entidades sob influência dominante dos comunistas, o que realça a hipótese levantada de que nêle se projete o movimento continuísta. As organizações esquerdistas não ortodoxas decidiram comparecer à manifestação, mas o Sr. Leonel Brizola resiste ainda à idéia de comparecer pessoalmente, apesar dos argumentos utilizados pelo Sr. Miguel Arrais para demonstrar a necessidade da sua presença. Entendem os brizolistas que, a esboçar-se a hipótese de quebra dos impedimentos constitucionais, a candidatura Brizola deverá ter precedência sobre a do Sr. João Goulart. Não acreditam, todavia, que o presidente possa transitar dentro de esquema semelhante a não ser na base golpista, o que faz o brizolismo concentrar-se na hipótese preferida da revolução.

6. O Presidente João Goulart, com a sua perícia habitual, vai conduzindo os preparativos do comício de maneira a amortecer as casamatas da resistência oposicionista e a deixar indefinido o panorama no que se refere às decisões das chamadas forças populares. Amanhã, falará na Escola Superior de Guerra e seu discurso deverá ser totalmente tranqüilizador, à semelhança do que ocorreu com seus mais recentes pronunciamentos. Ganhará com isso clima para um contato mais espontâneo e vivo com as massas convocadas para o comício em que sua única mensagem será o apêlo pelas reformas de base, com a indicação de que o Congresso, representativo das forças conservadoras, dos que detêm os privilégios, se recusa a

⁴ Os textos-comentários da Coluna do Castello obedecem às normas ortográficas da época. Por vezes, o leitor se defrontará com expressões consideradas escritas equivocadamente para os dias atuais. A opção por preservar *ipsis litteris* o texto do jornalista Carlos Castello Branco tem o objetivo de manter a autenticidade da sua narrativa.

acompanhar o povo e o Governo. Esse apêlo atuará diretamente, mas terá seus desdobramentos autônomos que na aparência só remotamente se vincularão aos planos políticos do Presidente.

7. As forças que se opõem ao Sr. João Goulart, e que identificam na sua política reformista simples aspirarão subversiva, tomaram a si o exame e a divulgação de objetivos ocultos por trás do comício do dia 13. Era inicialmente do interesse do Governo a difusão de versões que excitassem a imaginação popular e política em torno do meeting. A partir de determinado momento, no entanto, atingido o objetivo psicológico do Governo a Oposição entrou no assunto para retirar dêle os rendimentos que considera indispensáveis na mobilização das forças conservadoras para a reação adequada, ainda para aquelas porventura excessivas.

8. Não resta dúvida de que, se pudesse aliciar no Rio, conto o fêz em Belo Horizonte, a oposição liberal e conservadora, tentaria ocupar a Praça da República desde o amanhecer de sexta-feira para uma espécie de rosário em família. O Sr. Bilac Pinto está convencido de que só a resistência da população civil, na base do que ocorreu na Capital mineira, salvará o País envolvido pelo processo da guerra revolucionária.

9. A oposição perdeu de há muito seu poder de distinguir e considera como embarcadas na mesma canoa tôdas as gamas da esquerda, os revolucionários, os golpistas, os evolucionistas etc. Para ela, o comício é continuísta e é revolucionário ao mesmo tempo, pois se recusa a atribuir um objetivo ao Sr. João Goulart e outro diferente ao Sr. Leonel Brizola.

10 O Governador Carlos Lacerda parece empenhado em que o comício se circunscreva aos limites de uma manifestação pacífica. Candidato, sua aspiração é de chegar ao pleito. Mas a verdade é que nas horas de crise, o Governador não costuma comandar as correntes ostensivas ou ocultas que trabalham ao seu lado na rotina política. Elas se organizam à sua revelia e fogem ao seu contrôle, preferindo sua inspiração permanente à sua palavra de ordem ocasional.

11. O prévio esclarecimento de todas as posições e de todas as intenções haverá, contudo, de contribuir para quebrar a tensão armada e para que o comício seja apenas uma peça de rotina na guerra fria entre direita e esquerda. No correr da semana, episódios políticos virão ao primeiro plano, notadamente as eleições para a Presidência da Câmara e do Senado.

Castello enquanto sujeito do discurso

Na condição de sujeito do discurso Castello, inicialmente, mobiliza sua opinião isolando-a provisoriamente do contexto no qual ela é produzida. A partir do título do comentário, o jornalista atribui ao comício do dia 13 de março a importância de um acontecimento que implicaria no mandato de Goulart, à medida que o presidente impõe uma ação política direta sobre as massas, pondo em risco sua permanência no poder. É desse ponto de vista que Castello faz seu percurso em quase todo o comentário, organizando um discurso que, ora alerta o presidente de não possuir um esquema político satisfatório para conseguir o seu objetivo de aprovar a reforma constitucional, o que seria possível somente com a quebra das resistências por vias anormais ou excepcionais; ora indo contra João Goulart, quando se refere à radicalização da corrente comunista brasileira. Também argumenta que o presidente precisaria de apoio das massas populares, já que também não poderia contar com um dispositivo militar para ações golpistas. Castello compartilha, ainda, seus saberes, opiniões e crenças em outros argumentos que tentam convencer de que o contexto em que o comício se dará realmente terá suas implicações quanto Goulart se manter no governo.

Identificação da opinião do jornalista

A opinião de Castello tem certamente a intenção de convencer de que o presidente João Goulart terá problemas para manter-se no cargo após a realização do comício de 13 de

março de 1964. O jornalista contrapõe algumas opiniões nesse sentido: sem apoio no Congresso Nacional, de maioria conservadora, o presidente teria que partir para uma pressão das massas sobre os parlamentares para reformar a Constituição; a oposição identificando aspirações subversivas nas ações do presidente, contra as quais imprimiria uma resistência civil para barrá-las, já iniciada na mobilização das forças conservadoras para uma reação adequada ao momento. A opinião de Castello se dá também no sentido de convencer as forças contrárias a Goulart de que a solução para barrar as intenções do presidente da República seria a resistência em forma de “rosário em família”, o que o coloca contra as pretensões de Goulart, que estaria conduzindo o país para uma revolução proletária. O jornalista busca convence pela informação, pela capacidade de análise e de interpretação da conjuntura política em que o país vive naquele momento.

Os grandes argumentos de Castello

Para destacar os tipos de argumentos de que Castello se utiliza para convencer de sua opinião acerca do comício é preciso distinguir entre dois níveis de definição que, em geral, são confundidos: “o nível do conteúdo do argumento, das opiniões em si mesmas” e o nível do “molde argumentativo”. Breton (1999: 62) aconselha que se utilize “o termo “argumento” em sua acepção técnica que serve para designar um molde ou uma forma argumentativa dada, e não o conjunto da mensagem”. Do mesmo modo que Charaudeau (2008) diz não existir discurso sem ser contextualizado, não poder-se atribuir um sentido a um enunciado fora de contexto, Breton (1999: 60) assegura que o argumento não é convincente por si só, sem referência ao contexto de produção ou de recepção. É pelo contexto e pelo molde adotado por Castello que o comentário sobre o comício de 13 de março se inscreve na categoria de argumento de “autoridade”, enquadra o real no modelo em que “as coisas são como eu digo que elas são, porque sou eu quem diz”, com a autoridade de quem sobeja uma quase uma unanimidade no jornalismo brasileiro, conhecedor do acontecimento que relata.

O jornalista diz que os porta-vozes habituais da corrente comunista não escondem que o partido lutará pela fórmula que permita a permanência de João Goulart. Castello é categórico em afirmar que o comício de 13 de março fora organizado por entidades influenciadas pelos comunistas e realça a hipótese de um movimento pela permanência do presidente no cargo. Fala da habilidade do presidente em conduzir os preparativos do comício de maneira a reduzir a resistência da oposição e deixar indefinido o panorama no campo das decisões das chamadas forças populares. Sem o uso de aspas, em linguagem direta, Castello se utiliza de expressões, não muito comuns em sua produção discursiva, quando diz que a oposição considera que as facções da esquerda, os revolucionários, os golpistas e os evolucionistas embarcaram na mesma canoa.

No parágrafo 2, Castello começa a dar suporte de argumentos à proposição apresentada no início do comentário, relatando que, sem apoio político, o presidente teria que se valer de um golpe para conseguir seus objetivos e se manter no poder. Somente por meio da persuasão, atraindo as massas com apelos emocionais, Goulart chegaria a uma “ditadura consentida”, o que aceita pelas esquerdas. Nos parágrafos 5, Castello traz outro aspecto do comício que poria em cheque a permanência de Goulart no governo: o de que o comício estaria sendo organizado pelas esquerdas com pretensões golpistas. Já no parágrafo 7, o jornalista alerta para o fato de a oposição ao governo identificar na intenção de reforma uma política com aspirações subversivas, de objetivos ocultos, o que não agradava os setores mais conservadores. É no parágrafo 8 que Castello aponta para um aspecto significativo, atribuindo a Bilac Pinto, a informação de que somente a resistência da população civil evitaria a “guerra revolucionária”. O comentário é, portanto, de teor argumentativo, que busca convencer, pela informação, que o comício de 13 de março de 1964 se tornaria um entrave para a permanência do presidente João Goulart no governo.

No parágrafo 11, o jornalista se posiciona entre conciliador e contrário à suposta intenção do presidente Goulart de enfrentar o Congresso, no sentido de aprovar as reformas, quando propõe que “todas as posições” e “todas as intenções” sejam esclarecidas, como forma de quebrar as tensões, e que o comício da Central do Brasil seja somente um ato de rotina na guerra fria entre direita e esquerda.

A argumentação fora do lugar

A presença de argumento retórico, afeito ao implícito, pode ser percebida no parágrafo 3, quando Castello se refere ao fato de o presidente estar caminhando para uma “transação entre as correntes em choque para a estabilização do “Poder Maquilo” - poder sem limites - que os intérpretes comunistas chamam de “ditadura consentida” do tipo introduzido por Sukarno na Indonésia”. Sabe-se que Sukarno fora caracterizado um governante defensor do regime da “democracia guiada”, no qual não havia alternância de poder, e buscou fortalecer o “movimento não alinhado” que, ao mesmo tempo em que recebia ajuda financeira dos Estados Unidos e da União Soviética via os comunistas ampliavam sua influência na Indonésia. Em setembro de 1965, o tenente-coronel Untung, ligado ao PCI, lidera uma tentativa de golpe. Membros do baixo oficialato matam seis generais. Fora o estopim para que o alto comando das Forças Armadas, com o apoio dos muçulmanos e de organizações anticomunistas, sufocasse a revolta e praticamente eliminasse os comunistas.

Considerações de finalização

As primeiras análises resultantes da construção do presente artigo permitem formular, conforme se percebe do contato inicial com o material empírico, algumas considerações acerca do objeto de estudo em curso. Constata-se preliminarmente que o estilo Castello não é de nominar fontes, embora se perceba nos relatos que faz a precisão com que comenta acontecimentos políticos, inclusive, antecipando-se a eles. Raramente assume a fala do interlocutor em seus comentários, preferindo o uso de aspas para enfatizar as afirmações polêmicas. Por esse motivo, esconde seu implícito no recurso do uso de figuras de linguagem. Observa-se, entretanto, que Castello valoriza sobremaneira acontecimentos relevantes da história brasileira, como o comício da Central do Brasil, em que previu ser um acontecimento decisivo para o futuro do governo de João Goulart e do país.

Tende-se a concordar com Pereira (2001: 13) quando diz que Castello utilizava-se de códigos que somente poucos do mundo político conseguiam entender ou tentavam adivinhar. Somente a quem pertencia ao mundo da política era possível perceber quem “Castelinho” tinha como fonte, mesmo sem citar nomes. Castello era um cultivador de fontes, personalidades que o mantinha sempre bem informado e era amigo de incontáveis políticos e de funcionários públicos influentes. É possível afirmar-se também que Castello não era do embate, preferia o diálogo, talvez o segredo da longevidade profissional como referência no jornalismo brasileiro.

Castello sempre soube trabalhar bem no campo político em que a conspiração, a desconfiança, a insegurança estão na ordem do dia. Em tais condições, ter um interlocutor na mídia, um jornalista de expressão, em um jornal de referência é o que todo sistema político, de partido ou de ordem pessoal busca. As fontes precisam de alguém que aceite a missão de organizar suas informações. O articulista depende da fonte para se informar, comentar, analisar os acontecimentos. Sua relação com a fonte é um jogo que se insinua e se explicita. Castello era um jornalista político que fazia política para, depois, escrever sobre a política.

Sob a perspectiva da hipótese levantada, de que a prática de Carlos Castello Branco aponta para um diálogo amistoso com o poder militar, que há modulações de diálogo que asseguram a Castello passar praticamente incólume pelo regime e uma “aparência de objetividade” no modelo jornalístico que engendra para analisar fatos ocorridos durante a ditadura, pensa-se ser plausível considerar indícios de comprovação da hipótese. Pelas primeiras análises, observa-se, por vezes, uma postura cordial, amistosa com suas fontes, raras vezes citadas. A referência de Castello a suas fontes são do tipo: “fontes ligadas ao governo”, “chegaram informações à liderança da oposição”, “atenções e apreensões nos meios políticos”, “porta-vozes do governo”, “agitações amplamente registradas”. Castello também não hierarquiza as fontes. Raras são as vezes que as trata com distinção. Prefere referir-se a todas por igual, tratando-as por senhor (Sr): o presidente da República, os altos postos do poder civil, os mais elevados escalões do poder militar, demais lideranças políticas e sindicais.

Referencias bibliográficas

- BRETON, P. (1999). *A argumentação na comunicação*. Bauru/SP: EDUSC.
- BRETON, P y GAUTHIER, G. (2001). *História das teorias da argumentação*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- CARLOS C. (2010). Disponível em: <<http://www.carloscastellobranco.com.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2010.
- CHARAUDEAU, P y MAINGUENEAU, D. (2008). *Dicionário de análise de discurso*. 2ª ed. – São Paulo: Contexto.
- CUNHA, T. (2005). *Acontecimento e biografia*. In: Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Nº 6, Primavera, 2005
- _____. (2010). *A nova retórica de Perelman*. Coleção: Artigos Lusosofia. Covilhã. Disponível em: < http://www.lusosofia.net/textos/cunha_tito_nova_retorica_perelman.pdf>. Acesso em 01 jul. 2012.
- GINZBURG, C. (1989). *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HABERMANS, J. (1989). *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MARQUES DE MELO, J. (2003). *A opinião no jornalismo brasileiro: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3ª ed. – Campos do Jordão: Mantiqueira.
- MARTINS, F. (2011). *Jornalismo político*. 2ª Ed. – São Paulo: Contexto.
- MAZIÈRE, F. (2007). *A análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial.
- MEGA, A. Disponível em: <<http://megaarquivo.com/tag/historiador/>>. Acesso em: 14 ago. 2012.
- ORLANDI, E. (2010). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 9ª ed. – Campinas, SP: Pontes Editores.
- _____. (2007). *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 6ª Ed. – Campinas, SP: Editora Unicamp.
- _____. (2006). *Discurso & Leitura*. 7ª ed. - São Paulo: Cortez.
- PEREIRA, F. (2001). *Castelinho: o reinventor do jornalismo político no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- _____. (2007). *Ex-governador lembra do colega de faculdade*. O Tempo, Belo Horizonte, p. A5, 16 dez 2007.
- PERELMAN, Ch y OLBRECHTS-TYTECA, L. (2005). *Tratado da argumentação: nova retórica*. 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes.
- JOSÉ PINTO, M. (2002). *Comunicação & Discurso*. 2ª ed. – São Paulo: Hacker Editores.
- PLANTIN, C. (2008). *A argumentação: história, teorias, perspectivas*. São Paulo: Parábola Editorial.
- SILVA, I A. (2012). *A renúncia de Jânio e o movimento pela posse de Goulart: um encontro de Castello e Lucídio*. II Encontro Nordeste de História da Mídia. Teresina/PI. Disponível em: <http://www.historiadamidia2012.com.br/anais/resumos/GT1/GT1-Ionio%20Silva.pdf>. Acesso: 02 out. 2012.
- SODRÉ, M. (2009). *A narração do fato: noções para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes.
- TOULMIN, S. E. (2006). *Os usos do argumento*. 2ª ed.- São Paulo: Martins Fontes.
- VERÓN, E. (2004). *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.